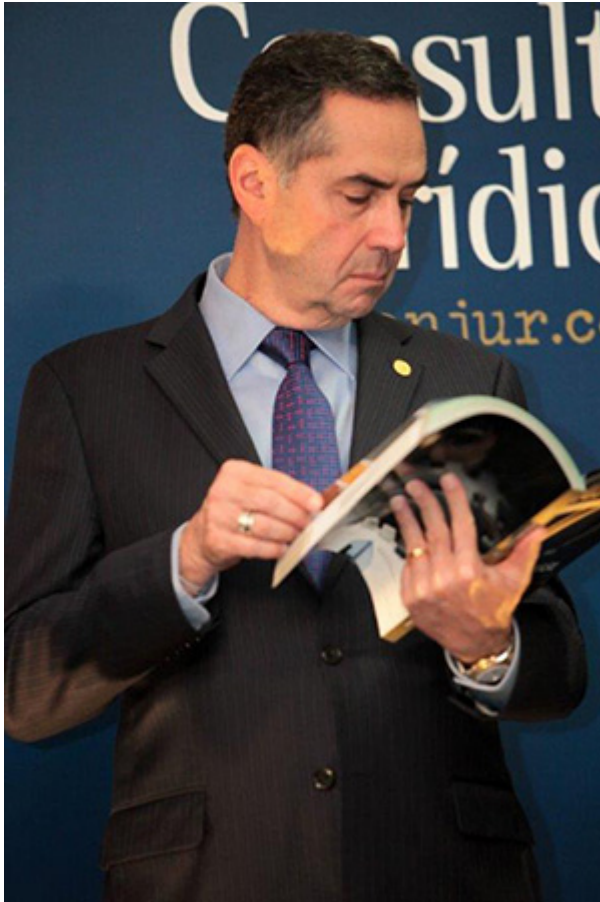


Prisões sem trânsito em julgado reduzirão provisórias, diz Barroso

28/04/2016



A polêmica mudança de jurisprudência do Supremo

Tribunal Federal que [passou a permitir a prisão de condenados em segunda instância](#), antes mesmo do trânsito em julgado da ação, servirá para reduzir o número de presos provisórios. A afirmação foi feita pelo ministro **Luís Roberto Barroso**, do STF, durante o [lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2016](#), na terça-feira (26/4).

Segundo Barroso, um dos motivos para que as prisões provisórias tenham atingido o patamar de [40% do total de presidiários](#) é a morosidade do sistema. Ele diz que a prisão processual, a prisão temporária e a prisão preventiva têm sido uma forma impropriamente utilizada por juízes para antecipar a punição. Esse seria o resultado de um sistema em que o processo não chegava ao fim. “Agora, com a mudança da jurisprudência do Supremo e a possibilidade de execução das decisões em segundo grau, tenho a convicção de que as prisões processuais terão o seu número reduzido”, afirmou o ministro.

Gil Ferreira



Para o ministro **Celso de Mello**, decano do STF, a

superlotação causada em parte pelas 250 mil pessoas que estão atrás das grades sem sequer terem sido julgadas em primeira instância mostra que o Estado continua a agir contra a Lei de Execução Penal, que, em seu artigo 1º, afirma que o objetivo da pena é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado. “Com o atual depósito de presos que há no sistema penitenciário, essa é uma finalidade que simplesmente se acha subvertida e se torna inexecutável”, afirmou o ministro, também durante o evento.

Celso de Mello lembra que o STF reconheceu a inconstitucionalidade do próprio modelo penitenciário adotado no Brasil, mas os problemas se mantiveram e são os mesmos que ele enfrentava quando era membro do Ministério Público de São Paulo, nos anos 1970. “Não houve solução, nem sequer um ensaio, uma tentativa de melhorar o sistema carcerário”, reclama.

Na opinião do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, **João Ricardo Costa**, as audiências de custódia têm sido uma forma de o Judiciário evitar prisões desnecessárias e o aumento do número de presos sem julgamento nas prisões brasileiras. Ele afirma, porém, que a implantação desse instrumento é limitada porque, fora das capitais, a magistratura não tem condição de adotá-la. Destacou também que mutirões carcerários ajudam a resolver o problema porque possibilita saber se os custodiados já estão em condição de sair da prisão por ter cumprido a sentença ou estão privados de liberdade provisoriamente.

Para João Ricardo, atenção especial deve ser dada aos presos provisórios nas situações em que o excesso de processos em tramitação na Justiça acaba por adiar a apreciação dos casos. “O tempo das prisões está se estendendo demais, temos que resolver esse problema.”

Já o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, **Técio Lins e Silva**, afirma que a magistratura parece não se dar conta do “absurdo que é a realidade carcerária” e continuam “julgando como se estivessem na Lua”. O criminalista diz que, apesar dos esforços de conscientização, é comum encontrar “sentenças inteiramente desconectadas da realidade”, determinando prisões desnecessariamente e elevando a população carcerária sem trazer, com isso, nenhum benefício à sociedade.

Gil Ferreira



Ministros, juízes e advogados compareceram em peso ao lançamento do **Anuário da Justiça**.

Cúpula do Judiciário

O lançamento do **Anuário da Justiça Brasil 2016** reuniu mais de 400 grandes nomes da Justiça brasileira no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, na noite de terça. Na oportunidade, foi inaugurada a mostra *1215: Carta Magna Libertatum – 1824: A Primeira Constituição Brasileira*, uma homenagem aos 800 anos da Carta Magna da Inglaterra, considerada a primeira constituição da história da humanidade e aos quase 200 anos da peça legislativa que introduziu o Brasil no universo constitucionalista.

Clique [aqui](#) para ver fotos do evento.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2016-abr-28/prisoos-transito-julgado-reduzirao-provisorias-barroso/>